

Uma etnografia do povo indígena Kinikinau

An ethnography of the Kinikinau indigenous people

Gabriel Barros Viana de Oliveira¹
Andérbio Márcio Silva Martins²

DOI: 10.20435/tellus.v%vi%i.555

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma breve etnografia do povo Kinikinau, um povo Aruák, de língua Aruák (AIKHENVALD, 1999), que atualmente se localiza no sul do pantanal sul-mato-grossense e áreas adjacentes. Essa etnografia foi feita em decorrência do trabalho de campo feito por Oliveira (2017) para a realização de sua pesquisa de mestrado, o qual totalizou 82 dias morando entre esses indígenas. Realizamos a etnografia com vistas a apresentar um registro da visão da cultura material e espiritual dos Kinikinau atuais, seu conjunto de crenças e valores, mostrando sua percepção sobre sua própria história, sobre Educação Escolar Indígena e sobre os problemas que mais os afligem atualmente, como a questão fundiária e o acelerado processo de morte de sua língua ancestral.

Palavras-chave: etnografia; povo Kinikinau; família Aruák; Mato Grosso do Sul.

Abstract: The purpose of this paper is to present a brief ethnography of the Kinikinau people, an Aruák people, of Aruak language (AIKHENVALD, 1999), who are currently located in the south of the Pantanal South-mato-grossense and adjacent areas. This ethnography was performed as a result of the fieldwork done by Oliveira (2017) for the accomplishment of his master's research, which totaled 82 days living among these Indians. The ethnography presented aims to make known a record of Kinikinau's material and spiritual culture vision, their set of beliefs and values, showing their perception about their own history, about Indigenous School Education and about the problems that most afflicting them, as the landless questions and the accelerated death process of their ancestral language.

Keywords: ethnography; Kinikinau people; Aruák family; Mato Grosso do Sul.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Pensando numa singela contribuição para o dossiê *História Indígena, Etno-história & Indígenas Historiadoras/es: experiências descolonizantes, novas abordagens, sujeitos e objetos*, apresentamos uma breve história do presente do povo Kinikinau de Mato Grosso do Sul, em caráter etnográfico, buscando entender como os próprios Kinikinau se veem na história, enquanto sujeitos humanos, e qual a sua relação com outros povos indígenas, com o Estado e com a sociedade na qual estão inseridos, muitas vezes na condição de excluídos. O objetivo principal da relação entre os autores deste artigo e o povo Kinikinau foi realizar uma investigação linguística da língua indígena, no que diz respeito à sua fonologia, isto é, a maneira como os sons de uma língua adquirem status de elementos distintivos na construção dos significados de palavras e expressões existentes, considerando suas consoantes, suas vogais; e também os elementos denominados suprasegmentos, correspondentes ao caráter acentual e entonacional pelos quais as línguas também se diferem entre si. Para além desse objetivo, puramente linguístico, nos preocupamos em realizar uma pesquisa sociolinguística, que pudesse tornar evidente o estado atual da língua, em suas condições de uso e perspectiva de manutenção. Os resultados dessa atividade não foram muito animadores, pois a língua se encontra em estado moribundo, última fase de vida, antes de seu desaparecimento (ver OLIVEIRA, 2017).

Neste artigo, contudo, queremos destacar o período de vivência que um dos autores teve com indivíduos desse grupo, na ocasião do período de campo utilizado para a coleta de dados linguísticos e para uma compreensão pessoal da realidade de vida dos Kinikinau durante 82 dias de interação. Sem querermos nos alongar muito nesta parte do texto, vamos apenas apresentar algumas indicações de leitura e demonstrar a importância de ter tido acesso aos estudos anteriores realizados sobre o povo e a língua Kinikinau, antes de começar o trabalho de campo e antes de formular hipóteses e fazer constatações. Trata-se de obras razoavelmente acessíveis e que, obviamente, podem ser consultadas em momentos oportunos.

Vale observar ainda que o olhar novo de um pesquisador novo, e que demonstra ter aptidões importantes para a qualificação de seu trabalho, pode não só dar continuidade à forma como se tem olhado para o objeto de pesquisa,

como também pode sugerir novos olhares, o que contribui para o avanço do conhecimento científico e dá esperança de continuidade da ciência da linguagem no Brasil, que hoje se encontra a todo vapor na história da linguística de línguas indígenas brasileiras, graças àqueles que se dedicaram e têm contribuído com o acúmulo de conhecimentos que temos hoje a respeito não apenas das línguas, mas da história delas e, conseqüentemente, do seus respectivos povos e culturas.

Nesse sentido, pensamos que a etnografia apresentada fosse uma das formas de contribuir com a documentação e a difusão do conhecimento de um povo que, para muitos brasileiros, ainda nem sabem de sua existência, pois até para pesquisadores e instituições estatais foi um povo esquecido, como se não houvesse nenhuma dívida nesse período de “extinção”, por parte dos que se beneficiaram com o seu suposto apagamento. Na visão dos Kinikinau, ter sido confundido com Terena, outra etnia do estado, foi a única forma de sobreviver, uma vez que foram expulsos de suas terras, e o Estado não ajudava indígena que já havia perdido a terra. Para o Estado, índio sem terras não era índio, já era civilizado, obedecendo a uma concepção antropológica da época, fundamentada nos preceitos evolucionistas originados no século XIX e que tomou conta de diversas ciências humanas desde então, até pelo menos a primeira metade do século XX, onde se passa a reformular novas hipóteses para explicar a continuidade linguística de um povo e o próprio funcionamento da língua que utiliza.

Dentro dessa visão, de pensar a vida do homem na perspectiva apenas de uma concepção única, a ponto de desprezar toda outra forma de conhecimento que cada povo produz durante sua história de existência, concedeu ao Estado brasileiro o poder de decidir quem é índio e quem deixou de ser, em uma perspectiva de perda cultural que evidenciasse a aceitação pelo novo comportamento, o comportamento dito “civilizado”, que englobava, para além da língua portuguesa, uma ideologia de vida cristã e uma aptidão para o trabalho secular, na relação de empregador e empregado, muitas vezes em condições análogas de escravidão.

O fato é que muitos dos povos indígenas contatados passaram a ser mais bem compreendidos nos últimos cem anos, mas como poderão ver aqui, nem sempre as relações entre indígenas com indígenas e indígenas com não indígena são harmoniosas. Sabemos que os Kinikinau precisaram silenciar a sua identidade e que somente nos últimos anos perceberam que não precisam mais se esconder,

uma vez que, desde 1988, estão resguardados por meio da Constituição Federal, embora estejam aguardando pacientemente o Estado reconhecer a sua necessidade de ter de volta seu território próprio, de onde foram expulsos.

É claro que, antes de o trabalho de campo ser executado, houve um momento de preparação teórica, tomando como ponto de partida a leitura dos estudos históricos, antropológicos e linguísticos realizados acerca desse povo e de sua língua, o que favoreceu a estadia em campo, o que rendeu também cerca de 70 horas de gravação de dados linguísticos, parcialmente utilizados na dissertação de mestrado de Oliveira (2017). Cabe destacar que o trabalho não se esgotou nos dois anos de estudos da língua, mas já permitiu uma descrição da realidade sociolinguística do povo Kinikinau e uma contribuição aos estudos do sistema fonológico da língua.

Para a realização do percurso histórico, a fim de estarmos mais contextualizados com o ambiente da pesquisa, consideramos como leitura e reflexão Taunay (1940; 1948; 1997), Castro (2005; 2010; 2011), Silva (2001) e Roberto (2017). Para o entendimento mais antropológico, buscamos conhecimento em José da Silva e Souza (2003; 2005; 2008; 2017), José da Silva (2007; 2014), Santos (2009), Rosaldo Souza (2012; 2017), além das obras etnográficas de Canazilles (2013), Canazilles, Alves e Matias (2013; 2015), Canazilles et al. (2013) e Santos (2009, 2011). Tivemos também acesso, no âmbito da Geografia Cultural, aos trabalhos de Dietrich (2012, 2014, 2015). Por fim, tivemos também acesso a alguns relatos de viajantes naturalistas que, durante o século XIX, passaram pelo sul da então província de Mato Grosso e, de alguma forma, entraram em contato com os índios Kinikinau e registraram esses momentos: Leverger (1862), Moutinho (1869), Steinen (1940) e Castelnau (1949).

Cabe destacar que os estudos do povo Kinikinau sofreu um hiato temporal, uma vez que esse povo foi dado como extinto a partir de meados do século XX, o que provavelmente interrompeu estudos acerca de sua história, de sua organização social, de sua cultura e, conseqüentemente, de sua língua. Basicamente, para os estudos linguísticos, podemos destacar os de Fonseca (1899)³, Mason (1946),

³ Fonseca (1899) não é exatamente um trabalho sobre a língua em tela. Decidimos mantê-lo, porém, entre os trabalhos da língua Kinikinau devido unicamente à importância que teve para a hipótese da extinção dessa língua.

Loukotka (1968), Payne (1991), Campbell (1997), Aikhenvald (1999), Couto (2006; 2017), Ilda de Souza (2007; 2008; 2009; 2015; 2017), Carvalho (2016) e Fabre (2005). Em uma proposta de construção do estado da arte da língua Kinikinau, que se encontra no prelo, conduzida por Martins e Oliveira (2018), é possível olhar com detalhes, a nosso ver, a contribuição de cada um desses estudiosos, do ponto de vista linguístico.

Basicamente, os estudos empreendidos nos revelam, entre outras coisas, que se trata de um povo sem território e com sua língua materna fortemente ameaçada de desaparecimento. A etnografia ainda permitiu verificar que um povo sem território próprio apresenta dificuldades de ter respeitado pelo Estado seus outros direitos constitucionais, como ter uma escola indígena própria, poder falar e ensinar a sua própria língua (ou o que restou dela), como forma de buscar a sua revitalização, elevando seu status e ampliando a sua função de uso, já que a manutenção da língua favorece a construção de um caráter identitário, o que significa ser uma forma de tornar mais evidente para o Estado a sua indianidade. Entretanto, ao mesmo tempo, mesmo sem uma possibilidade aparente de que a língua materna volte a cumprir com suas funções sociais, e também mesmo sem um território próprio, o disperso e fragmentado povo Kinikinau segue firme com sua identidade étnica e com uma expectativa de serem aceitos pelo Estado brasileiro como indígenas e que, portanto, possuem os mesmos direitos de qualquer povo indígena no Brasil, e que ainda preservam aspectos culturais típicos de sua ancestralidade, com o acréscimo de tantos outros, num movimento de transformações aceleradas do modo de ser em seu próprio mundo e do modo de interagir no mundo do outro, mas como se sentisse transitando neles e sofrendo os impactos dos choques culturais a todo instante, o que tem resultado em conflitos em momentos de crise, com prejuízos, perdas, normalmente, por parte dos indígenas.

A busca pelo entendimento da realidade sócio-histórica-cultural passa a ser interessante para a linguística por vários motivos, que podem ser sintetizados na ideia de que a forma de funcionamento de uma língua em particular, bem como seu uso e seu desaparecimento parecem estar/ser estreitamente relacionados com o próprio modo de vida dos indivíduos que compõem uma comunidade de fala. Mas acreditamos também, nesse sentido, que as observações realizadas no trabalho de campo, somadas ao conhecimento adquirido desses povos nas obras

consultadas, podem vir a ser de interesse de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento: história, antropologia e educação, por exemplo. Cabe destacar que os dados linguísticos coletados nos deram condições de demonstrar peculiaridades da língua que ainda não haviam sido atestadas até o presente momento e que podem, inclusive, contribuir para um estudo histórico-comparativo a ser realizado futuramente, envolvendo a língua Terena, língua que provavelmente mais se assemelha com a dos Kinikinau dentro da família linguística Aruák. Como não se trata de um texto voltado à língua, sugerimos aos interessados que busquem a leitura desses aspectos em Oliveira (2017).

É com satisfação e com muita honra, que contribuímos para a coletânea desse dossiê, que concedeu espaço à história atual do povo Kinikinau, para reforçar o que estudiosos de diversas áreas de conhecimento já sabem sobre a problemática do território tradicional, considerando as suas consequências para a manutenção do povo, mas também alguns aspectos etnográficos atuais. Conhecer um pouco do cotidiano dos Kinikinau, esse é o nosso convite à leitura. Obviamente nos sentimos honrados por ter tido a oportunidade de obter longas conversas com uma das últimas falantes da língua Kinikinau, que tão gentilmente contribuiu com seu conhecimento para esta pesquisa. Um reconhecimento academicamente merecido por quem socialmente se encontra na qualidade de guardiã do conhecimento do povo Kinikinau, sendo uma das últimas senhoras, com acúmulo de experiência vivida e com o maior tempo disponível no processo de transmissão de conhecimento geracional. Um último pedido ao leitor é que faça um esforço de acompanhar a leitura da história não como se nós a estivéssemos contando, mas como se as vozes do povo Kinikinau estivessem produzindo um eco; nós apenas tentamos torná-la mais audível e harmoniosa.

O tempo em que Oliveira pôde permanecer em campo, convivendo e interagindo proficuamente com os Kinikinau, foi de vital importância para que este pesquisador pudesse entender um pouco da realidade complexa desse povo, ademais conseguir aperfeiçoar suas habilidades de coletas de dados linguísticos, uma vez que os necessitava para a sua pesquisa sociolinguística e fonológica. É imperioso ressaltar que os Kinikinau, devido às catastróficas idiossincrasias de sua história, tanto remota quanto recente, tratam com muita cautela qualquer tipo de relação com pessoas exógenas à sua comunidade, ou à área de sua moradia provisória. Essa cautela, perfeitamente compreensível, obrigou ao trabalho de

campo de Oliveira ser o mais extenso possível dentro do cronograma de prazos apertados do mestrado. Ademais, os principais colaboradores da pesquisa eram pessoas mais velhas, chefes de extenso tronco familiar, com diversas obrigações, tanto no âmbito social, coletivo, quanto no familiar, privado.

Até onde sabemos, os indígenas Kinikinau são descendentes de uma parcialidade da grande nação Chané-Guaná, que habitou o Chaco Paraguai até confins do século XVIII, fixando-se posteriormente na margem oriental do rio Paraguai, em terras que viriam a se constituir território da República Federativa do Brasil (SOUZA, 2008). A língua Kinikinau pertence à família linguística Aruák (AIKHENVALD, 1999), agricultor por excelência, com grande abertura para o Outro, imbuídos de grande disposição a assimilar pessoas, símbolos e discursos exógenos (CASTRO, 2010).

Atualmente o povo Kinikinau vive espalhado em diversas localidades: na aldeia Kadiwéu São João, RI Kadiwéu, Porto Murtinho, MS, onde se encontra a maior parte dos membros dessa etnia; em aldeias Terena, como a aldeia Mãe Terra, TI Cachoeirinha, Miranda, MS, e aldeia Cabeceira, TI Nioaque, Nioaque, MS; em centros urbanos de Mato Grosso do Sul, com destaque para Campo Grande (capital do estado), Bonito e Jardim; em fazendas espalhadas pelos municípios de Bonito e Miranda; e na retomada da fazenda Pé de Cedro, ligada a TI Taunay-Ipegue, Aquidauana, MS. Esse espalhamento dos indígenas Kinikinau em diferentes áreas se deve à dispersão a que eles foram submetidos pelo Estado brasileiro logo após o fim da Guerra do Paraguai (SOUZA, 2008).

Apresentamos neste artigo, portanto, uma espécie de continuidade da história desse povo, mas situando o tempo presente e o estado atual da visão da cultura material e espiritual que eles mesmos possuem, ou seja, como estão os Kinikinau na segunda década do século XXI, após um período relativamente desconhecido do tempo de sua existência enquanto grupo étnico distinto de outros que conhecemos. Trata-se de um conjunto de crenças e valores, mostrando sua percepção sobre sua própria história, sobre educação escolar indígena e sobre os problemas que mais os afligem atualmente, como a questão fundiária e o acelerado processo de desaparecimento da língua Kinikinau. Também procuramos mostrar como os Kinikinau se organizam social e politicamente, seu padrão habitacional, suas percepções sobre sua identidade étnica, um pouco da história de Dona Zeferina Moreira, a principal falante da língua Kinikinau e, possivelmente, a maior detentora do conhecimento tradicional desse povo.

Essa etnografia também nos ajudou a entender melhor como a língua Kinikinau chegou à situação sociolinguística crítica em que se encontra (OLIVEIRA, 2017), afinal, quando nós estudamos uma língua também devemos compreender o povo que a fala, pois não é possível dissociar o povo de sua língua. O estudo etnográfico foi feito baseado em observação direta e em uma entrevista semiestruturada, elaborada por Oliveira (2017) e contou com a colaboração de ex-caciques, lideranças e jovens.

Sobre a problemática do território tradicional, após um longo período de silenciamento étnico, em que pretensiosamente esconderam sua identidade, ora se assumindo como Terena, ora se assumindo como não-indígena, numa clara estratégia de sobrevivência grupal, até que chegasse o momento em que eles julgassem favoráveis para ressurgirem das cinzas (JOSÉ DA SILVA; SOUZA, 2003), os Kinikinau encontram-se agora em um momento de luta, de enfrentamento. Luta para simplesmente garantirem o retorno ao seu território tradicional na beira do córrego Agachi, de onde foram expulsos há pouco mais de um século, devido a uma política injusta e perversa do Estado brasileiro. A recuperação de suas terras é um dos maiores objetivos enquanto povo, uma questão fundamental com que o Movimento Kinikinau⁴ tem se preocupado.

Na verdade, não há uma só conversa com os Kinikinau em que a questão do território não venha à tona. Pode-se perceber essa preocupação contínua nas palavras do Sr. Manoel Roberto, liderança Kinikinau, ex-cacique da aldeia São João e filho homem mais velho de Dona Zeferina⁵:

É que... todos nós, nossos povos, os povos Kinikinau, nós gostaríamos e nós gostamos, passa o tempo que for passar, nós gostaríamos o nosso território tá... tá trabalhando todas essas etnias dentro desse território. Pra nós poder dar continuidade em nossos "culturas"... preservar. (M. ROBERTO, 2016 apud OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Dona Flaviana Roberto, outra liderança Kinikinau, também filha de Dona Zeferina e principal articuladora da vinda de famílias Kinikinau da aldeia São João

⁴ Oliveira (2017) chamou de Movimento Kinikinau o conjunto de iniciativas tomadas pelos Kinikinau, coletivamente, para assegurarem seus direitos constitucionais.

⁵ Dona Zeferina é a principal falante do idioma Kinikinau (atualmente há menos de sete falantes dessa língua Aruák), maior símbolo de indianidade desse povo e último bastião detentor de seu conhecimento ancestral.

para a aldeia Mãe Terra, também presta esclarecimentos importantes sobre a luta dos Kinikinau pelo território tradicional. Nas palavras dela:

É... a gente tá pedindo muito pra Deus, que a gente consegue ainda o nosso território. É... caso seja os nossos filhos, os nossos netos que vão ocupar esse lugar. A gente não quer deixar eles viver, assim, em um lugar emprestado, como nossos pais deixaram nós. Porque é muito sofrido esse lugar, então a gente quer deixar num lugar que seja, assim, um paraíso para eles. É isso que eu tenho pra falar. (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

O panorama geral da situação atual dos Kinikinau é o seguinte: sem território próprio, sentem-se morando provisoriamente em aldeias de outras etnias ou em periferias de cidades sul-mato-grossenses, ainda discutindo como levarão adiante sua luta pelo território. Desnecessário dizer o quanto tal situação tem contribuído negativamente para esse povo. Acelerou o processo de desaparecimento do idioma Kinikinau, a ponto de chegar ao atual estado crítico em que se encontra: com menos de sete falantes, todos acima de 60 anos de idade. A língua já não é transmitida para as novas gerações.

A perda territorial prejudicou a “saúde étnica” desse povo, o que tem sido acentuado, devido à quantidade de casamentos interétnicos. Os filhos desses casamentos, geralmente entre Kinikinau e Terena e, em menor medida, entre Kinikinau e não-indígena ou Kadiwéu, estão em sua grande maioria escolhendo uma identidade étnica não Kinikinau, o que tem contribuído para a redução do povo. Esse fato preocupa as lideranças Kinikinau, como se pode perceber na preocupação de Dona Flaviana Roberto:

Agora como “tá” bem misturado, né. “Tá” bem misturado Terena com Kinikinau. (OLIVEIRA, 2017).

2 ASPECTOS ETNOGRÁFICOS ATUAIS DO POVO KINIKINAU

É viva na memória dos Kinikinau atuais a lembrança de que foram expulsos de seu território tradicional, à beira do córrego Agachi, por um fazendeiro que certamente comprou aquelas terras. Contudo eles não sabem precisar quando ocorreu essa expulsão. Uns dizem que foi durante a Guerra do Paraguai; outros dizem que foi no começo do século passado. Há quem diga ainda que foi durante a década de 1940. Um fato importante é a do anonimato do causador ou dos causadores

da saída forçada da terra que reivindicam. Nem os mais velhos sabem. Eles fazem referência a um fazendeiro, que seus avós e bisavós conheceram quando ainda moravam na aldeia Agachi. Há muitos que acreditam que esse espoliador deva ser estrangeiro, pois brasileiro não teria coragem de cometer tamanha atrocidade com eles, segundo pensam esses indígenas.

É unânime entre os Kinikinau a importância do território tradicional. Todos os entrevistados (anciãos, lideranças políticas, cacique e ex-caciques, jovens comprometidos com o Movimento Kinikinau) ressaltam que o território é fundamental para eles fortalecerem sua cultura, seus costumes e sua língua ancestral. Sem ele, nada disso é possível. Sem território próprio também não é possível que os Kinikinau vivam dentro do seu próprio modo de ser. No entanto mantêm a esperança de que conseguirão reaver o território tradicional um dia; contudo o meio pelo qual lograrão tal desiderato não é consenso. A maioria deles acredita que será por meio da retomada, embora haja famílias “troncos”⁶ influentes que refutem essa ideia e defendam que o caminho é negociar com o Estado, indo se encontrar com autoridades em Campo Grande e em Brasília. Nessa luta pelo território, os Kinikinau não estão sozinhos. Contam com vários parceiros não indígenas sensíveis à causa indígena.

Em relação ao fato de viverem em terras de outras etnias (Terena e Kadiwéu) ou em cidades, os Kinikinau não avaliam como positiva essa experiência. O convívio com os Terena, é tranquilo, sem atritos, embora estejam cientes de que são hóspedes entre esse povo. Nesse sentido, viver plenamente como Kinikinau, plantando suas roças conforme desejam, criando os animais a seu modo, tendo sua escola própria e realizando suas manifestações culturais conforme os conhecimentos próprios preservados, parecem ainda estar distante da realidade atual. Por outro lado, eles afirmam que o convívio com os Kadiwéu já foi bom no começo da aldeia São João, com aqueles Kadiwéu antigos que não existem mais. Hoje veem a convivência com os Kadiwéu com uma certa reserva, devido a dificuldades de estabelecimento de uma forma harmoniosa de convivência.

Para os Kinikinau que habitam em área urbana, o estilo de vida, obviamente, não se compara à vida da aldeia, pois não é possível fazer um bom uso da terra,

⁶ Estamos usando o conceito de família “tronco” conforme exposto por Pereira (2009) para os Terena de Buriti para nos referirmos às unidades sociológicas que estruturam a sociedade Kinikinau.

como fazer plantações de pomar, roça, criar animais e pescar, além de outras atividades que faziam parte do cotidiano desse povo quando possuíam território.

Quanto às questões ligadas à identificação e à autoidentificação étnica⁷ dos Kinikinau, eles consideram como pertencente a essa etnia a pessoa que tenha o pai ou a mãe Kinikinau e que se autoidentifique como tal, sem que haja um momento específico na vida para que isso ocorra, respeitando o direito de quem, embora seja descendente de Kinikinau, não assuma essa identidade étnica. Por exemplo, o filho de um pai Terena e mãe Kinikinau pode se afirmar como Terena e posteriormente se identificar como Kinikinau, sem nenhum problema. A comunidade Kinikinau o aceitará como Kinikinau e não duvidará de seu pertencimento étnico. Também não importa onde a pessoa tenha nascido ou crescido. Por exemplo, uma pessoa pode ter nascido e crescido na cidade ou em fazenda, mas se tiver a mãe ou o pai Kinikinau, ela será Kinikinau. Isso ocorre, provavelmente, sem um controle do próprio povo, uma vez que eles não se encontram em sua terra tradicional e estão espalhados em diversas áreas, como já afirmamos.

A língua, embora os Kinikinau concordem que seja um fator de identidade importante e que sua manutenção pode ajudar no fortalecimento de sua identidade étnica e na sua luta política, não influi na identidade Kinikinau da pessoa. Por exemplo, uma pessoa pode falar só o português, ou outra língua, como o espanhol ou Terena, e ser Kinikinau. Ela não precisa falar a língua Kinikinau para ser dessa etnia, pois é sabido que, após a guerra do Paraguai, os indígenas dessa etnia passaram por situações que necessariamente impuseram à aprendizagem de outros sistemas de comunicação, já que havia um desejo de sobrevivência, mesmo que o preço a ser pago tenha sido abrir mão de sua própria língua.

No quesito comportamental, a principal característica do povo Kinikinau, apontada por eles mesmos, é a calma. Eles se veem como um povo calmo, pois, afinal, como muitos Kinikinau afirmaram, se eles não fossem tão calmos não teriam perdido o território tradicional da forma como eles perderam. Essa característica também é percebida pelos Terena. Como observado por Oliveira (2017), uma vez o Cacique Célio Pialho, da Aldeia Bananal disse que havia muitos Kinikinau e descendentes de Kinikinau morando lá. Inclusive havia alguns membros de

⁷ Para uma discussão aprofundada sobre as ideias de identificação e autoidentificação étnica, sugerimos a leitura de Viveiros de Castro (2006; 2015; 2017).

sua liderança⁸ que eram Kinikinau. E ele conseguia identificar uma pessoa como Kinikinau ou descendente de Kinikinau pelo jeito calmo, tímido e recatado de ser. Se uma pessoa não gostasse de falar em público, ou quando falasse, falasse baixo, de forma bem contida, fosse mais tranquila, maneiras mais simples, ele já suspeitava que ela era Kinikinau ou descendente. E quando ele ia investigar a ascendência da pessoa para confirmar suas suspeitas, na grande maioria dos casos sua suspeita se confirmava.

A principal diferença que os Kinikinau enxergam em relação aos Terena é a língua, tendo sido registrados exemplos dessa distinção em Souza (2008). Já em relação aos Kadiwéu, a situação muda. Os Kinikinau se percebem muito diferentes em relação a esses indígenas, a começar pela língua, uma vez que não possuem uma proximidade genética aparente, além da alimentação, do jeito de se relacionar com a família, da maneira utilizada para lidar com o território, com os *puxarara* e com patrícios de outras etnias. Até no jeito de andar eles veem diferenças: os Kinikinau andam tranquilos, pisando suave, os Kadiwéu já andam pisando duro, agitados, caminhando de uma maneira “heroica”, conforme relataram. De longe um Kinikinau consegue perceber que tem um índio Kadiwéu vindo (OLIVEIRA, 2017).

Em relação aos *puxarara*, a grande diferença percebida pelos Kinikinau em respeito aos não-indígenas é a maneira com que lidam com a natureza. Os *puxarara*, segundo os Kinikinau, desmatam com trator, acabam com os córregos e rios, andam pisando duro na mata, sem perceber que podem estar destruindo uma planta medicinal que poderá lhes curar no futuro. Já os Kinikinau cuidam da natureza. Não desmatam com trator, só fazem roça de toco para não ofendem a natureza. Na mata, andam com cuidado, tomam precauções para não destruir as plantas medicinais, passam por baixo dos galhos das árvores para não as ofender.

Sobre a vida social dos Kinikinau, tem sido considerado a principal celebração para esse povo o Dia do Índio (19 de abril), conforme Oliveira (2017). Nessa data comemorativa, eles têm mais contato com os *puxarara*- autoridades do Governo, políticos, funcionários públicos, moradores da área rural ao redor da aldeia- aproveitando o ensejo para reforçar sua identidade étnica, revelando ao público sua

⁸ “Liderança” em uma comunidade Terena é um grupo organizado de homens escolhidos pelo cacique, geralmente os mais influentes da comunidade, para o auxiliar a tomar as decisões envolvendo a aldeia (OLIVEIRA, 2017).

indianidade Kinikinau. Oportunidade para a realização da dança Kinikinau, que mescla elementos da dança do Bate-Pau e da Dança Siputrena dos Terena com elementos Kinikinau, como o arranjo decorativo (formas geométricas Kinikinau) na roupa dos dançarinos e das dançarinas, e o discurso na língua indígena dos últimos falantes da língua ancestral, como Dona Zeferina Roberto ou Dona Ágda Roberto. Há também algumas poucas famílias católicas que fazem celebrações para São Miguel (28 de setembro) e São João (24 de junho). Nessas ocasiões, após as rezas, há comida farta, bebida, churrasco, fogueira e dança (bailão sertanejo).

As mulheres Kinikinau atualmente dão à luz nos hospitais da cidade, realizando antes do parto todos os exames pré-natais no posto de saúde da aldeia. Contudo, em outros tempos, elas só davam à luz em casa, na aldeia, com o auxílio de uma parteira.

Em relação aos *koixomoneti* (pajés), parece que apenas os Kinikinau católicos acreditam em seus poderes de cura. A explicação que os Kinikinau dão para o fato de não existir mais *koixomoneti* entre eles é que os últimos não quiseram ensinar às gerações mais novas os conhecimentos necessários para ser um pajé, embora alguns Kinikinau demonstrassem interesse em aprender. Aparentemente possuem pouco contato com missionários evangélicos. O mais frequente é o contato com católicos, visto a maioria deles ser dessa religião.

O casamento preferido entre os Kinikinau ocorre entre membros distantes (não-parentes) da mesma etnia. Os casamentos são feitos assim: o rapaz escolhe a moça com quem vai casar, e se ela gostar dele também, ele vai na casa dela conversar com seus pais, para “pedir a mão da moça” em casamento. Se os pais da moça aceitarem a proposta, são eles que marcam a data do casamento e que arcam com a festa para celebrar o enlace. Também são os pais da noiva que escolhem onde será o casamento: na Igreja Católica, Igreja Evangélica ou no próprio posto da Funai. Não podem faltar doces e bolo no casamento. Para as famílias mais abastadas, também não pode faltar o churrasco.

As casas Kinikinau geralmente têm quatro cômodos: dois quartos, um banheiro e uma cozinha. O banheiro e a cozinha são construídos separados da casa. O motivo para tal é que o banheiro, estando longe, fica mais fácil para eles vigiarem as crianças para não mexerem lá. E a cozinha, estando longe, evita com que as crianças inalem a fumaça do fogão à lenha, o que poderia ser prejudicial

para a saúde delas. As casas sempre têm dois quartos. Em um dos quartos dormem o patriarca e a matriarca da família. No outro, dormem os filhos do casal. Não importa quantos filhos o casal tiver, eles dormirão nesse quarto. Há famílias que optam por construir um galpão. Esse espaço também fica separado da casa e serve para realizar alguma festa de aniversário ou alguma reunião política. Contudo a construção desse local não é muito frequente entre os Kinikinau. O material que eles utilizam para construir suas casas é madeira, palha de bacuri e sapé. Apenas uma família (pai, mãe e filhos) mora por casa. Em geral, eles só entram na casa para dormir. No restante do dia, quando não estão realizando suas tarefas domésticas, ficam descansando em redes na frente da casa, debaixo da sombra de alguma árvore. Para eles, além da sensação de segurança, é imprescindível que o local em que moram tenha água, escola, posto de saúde, um trator e uma casa de artesanato.

Os caciques Kinikinau na aldeia São João são escolhidos por votação. Um bom cacique, de acordo com eles, deve ter calma, paciência para com a comunidade, deve tentar agradar, em medida equilibrada, todos os membros da aldeia. Dois grandes caciques Kinikinau que estão na memória deste povo são o Sr. Leôncio Anastácio e o Sr. Raimundo.

O principal inimigo para os Kinikinau, de acordo com eles, são os próprios fazendeiros. Isso corrobora a ideia defendida por Oliveira (2017) de que a principal preocupação desses indígenas é a questão do território. Caso não fosse, eles não teriam elegido os fazendeiros, o grupo político que ameaça suas ambições territoriais, como o maior inimigo deles. O convívio com os *puxarara*, exceção feita aos fazendeiros, os Kinikinau veem como tranquila. O convívio com outras etnias indígenas também os Kinikinau veem como tranquila.

A grande maioria dos Kinikinau é adepta à religião católica. Uma outra parte deles é adepta ao protestantismo, frequentando a União das Igrejas Evangélicas da América do Sul (Uniedas) e a Igreja Pentecostal Deus é Amor. Não há, conforme pontua Oliveira (2017), Kinikinau ateu ou adepto de outra religião, como as de matriz africana, como acontece entre os Terena. Eles não se lembram nada de sua religião ancestral.

A principal atividade feita pelos Kinikinau em seus momentos de lazer é jogar futebol. É o esporte preferido deles. Eles também gostam de ouvir música

sertaneja. As gerações mais novas também gostam de ficar navegando nas redes sociais, como Whatsapp, Facebook, Instagram. As mulheres gostam de assistir televisão, especialmente as novelas da Globo.

Com relação às questões ligadas ao Movimento Kinikinau, o principal problema que os Kinikinau enfrentam é, sem dúvida alguma, a questão do território. Para eles, sem o território próprio, não tem como viver plenamente, ser feliz, afinal. Nas palavras do Sr. Manoel Roberto, “*sem terra não tem como levantar, né, viver. Ela é a mãe*” (OLIVEIRA, 2017). Dona Flaviana Roberto também oferece esclarecimentos importantes. Para ela, o principal desejo dos índios Kinikinau é “*viver tranquilo assim num lugar, né. E nós não temos a tranquilidade onde nós estamos*” (OLIVEIRA, 2017). Todos os esforços do Movimento Kinikinau são para reaver o território tradicional. Todos os outros problemas que esse povo enfrenta, como o acelerado processo de morte da língua Kinikinau, são colocados em segundo plano, pois, para eles, sem o território não dá para resolver nada. É impossível tentar revitalizar a língua Kinikinau sem a terra própria. É impossível fortalecer sua cultura tradicional sem estar no território. Desse modo, o território tradicional nas margens do córrego Agachi vai se convertendo em uma espécie de Canaã bíblica para os Kinikinau.

O desaparecimento gradativo e acelerado da língua Kinikinau aparece como o segundo maior problema apontado pelos Kinikinau. Eles acreditam que a língua é um fator de identidade muito importante e que o seu fortalecimento pode auxiliá-los a solucionar os seus vários problemas. Contudo, até resolverem seu problema fundiário, eles deixarão o problema da morte do idioma ancestral em *standby*. Enquanto isso a língua Kinikinau vai rapidamente deixando de ser falada, com poucas ações em prol do registro dessa língua para as gerações futuras.

No que diz respeito à Educação Escolar Indígena Kinikinau, na verdade, ainda não existe. No entanto percebem a escola como um lugar onde deve haver o fortalecimento de sua língua e cultura ancestral e onde eles devem aprender os conteúdos necessários para se integrarem no mundo dos *puxarara*. Eles são, pois, inclusive os Kinikinau que nunca entraram numa escola sequer, adeptos a uma educação escolar indígena intercultural e bilíngue. É desejo dos Kinikinau possuírem uma “Escola Kinikinau”, específica e diferenciada de acordo com a própria realidade deles. Contudo, infelizmente, os Kinikinau ainda não possuem essa

escola. A explicação que eles dão para isso é que, como eles não têm território, eles não têm como ter uma escola própria à cultura, à língua e às especificidades deles. Acreditam que, ao reaverem seu território, conseguirão implantar essa escola.

Um fato importante em relação à percepção deles da escola é que acreditam que a escola irá auxiliar no processo de revitalização da língua Kinikinau. Essa impressão pode ser facilmente identificada devido ao conhecimento que possuem sobre as políticas voltadas para a Educação Escolar Indígena no Brasil, a partir das experiências de outros povos, inclusive dos próprios Terena. Não é possível, para eles, atualmente, fortalecer a língua Kinikinau porque eles não possuem uma escola Kinikinau que irá ensinar os alunos a falar Kinikinau. Essa escola só é possível sua existência em um território próprio. Logo, sem território, sem escola, sem como fortalecer o idioma ancestral. O futuro da língua Kinikinau está totalmente imbricado na possível existência de uma escola específica. Essa é a lógica Kinikinau. Esse pensamento é tão forte que os Kinikinau acreditam que, após a existência de uma escola própria, onde haja professores que deem aula de Kinikinau, as crianças falarão a língua, e esta poderá voltar a ser utilizada no dia a dia, com perspectivas de voltar à potencialidade comunicativa que essa língua possuía, antes da perda territorial.

Por fim, não poderíamos deixar de fazer um registro breve sobre a história de vida de Dona Zeferina Moreira, uma vez que ela é a principal falante da língua Kinikinau, possivelmente uma das maiores detentoras de conhecimentos específicos desse povo, baluarte e epicentro do Movimento Kinikinau. A história de Dona Zeferina oferece excelentes *insights* para entender a própria história desses indígenas.

Dona Zeferina é uma indígena Kinikinau, filha de pais Kinikinau. Seus pais são o Sr. João Moreira e a Dona Francisca Pereira. Eles foram um dos últimos Kinikinau aldeados, moradores do *Wakaxu*, aldeia Kinikinau na beira do córrego Agachi, cuja existência remonta há mais de 150 anos, como bem demonstra os cronistas (LEVERGER, 1862; TAUNAY, 1940; D'ALINCOURT, 1857), e que foi destruída no início do século passado por um fazendeiro que “comprou” a terra e resolveu expulsar os índios de lá. Após terem sido expulsos, eles vieram morar na TI Cachoeirinha, onde nasce Dona Zeferina. Após um curto período do nascimento de Dona Zeferina, Sr. João Moreira e Dona Francisca Pereira resolveram ir morar

na aldeia Lalima. Lá, Dona Zeferina conhece o Sr. Miguel Roberto, casa-se com ele e muda de volta, com o seu agora marido, para a TI Cachoerinha.

Na TI Cachoerinha, eles tiveram sua primeira filha, Dona Ágda Roberto. Após Ágda, eles tiveram mais duas crianças, Marciano e Fabiano, que subitamente morreram, quando ainda eram crianças de colo. Esse fato, Dona Zeferina creditou à ação maléfica de um pajé morador da aldeia Babaçu que, por puro capricho, estaria fazendo mal para a sua família, adoecendo suas crianças até matá-las. Ela convence, então, o seu marido que eles deveriam sair da TI Cachoerinha, pois ali estava ruim para eles, com um pajé adoecendo os seus filhos. Eles resolvem partir para a aldeia São João, dentro da RI Kadiwéu, onde os genitores de Dona Zeferina já haviam migrado anos antes, também fugindo da ação maléfica desse pajé. A viagem foi extremamente penosa, cheia de percalços e contratempos, permeada de dificuldades. Contudo Dona Zeferina e Sr. Miguel não desistiram e, após dias de caminhada exaustiva, chegaram à aldeia São João e lá recomeçaram suas vidas. Tiveram mais filhos (Manoel, Genoveva, Inácio, Flaviana, Crisanto, Maria, Anísia e Gilmar). Adquiriram patrimônio (um rancho, algumas poucas cabeças de gado). Os dois levaram uma vida tranquila e calma na aldeia São João, por muitos anos. Não só eles, mas todos os Kinikinau que lá residiam. Porém, essa tranquilidade cessa após longos anos, quando três famílias Kadiwéu, que haviam causado transtornos em sua aldeia de origem (Alves de Barros) são deportadas para a aldeia São João e lá fazem os Kinikinau passarem por momentos difíceis. Essas três famílias foram expulsas da Alves de Barros por mau comportamento e por terem cometido crimes, como roubos e assassinatos. Essas práticas desses indígenas Kadiwéu não cessaram por ocasião de sua mudança para a São João. Quiçá se intensificaram. Eles continuam praticando delitos, agora não com membros de sua própria etnia, mas com os Kinikinau: roubam uma vaca leiteira do Sr. Nicolau Flores, um motosserra de Dona Ágda Roberto, tentam assassinar o Sr. Ramão Fernandes... A situação torna-se insustentável, até que um grupo de Kinikinau, entre eles Dona Zeferina, desesperados, aceitam um convite do Sr. Zacarias Rodrigues (líder da Mãe Terra e sobrinho de Dona Zeferina) para irem morar na aldeia Mãe Terra. Saem da São João por não aguentarem mais os constantes atritos com os Kadiwéu problemáticos (OLIVEIRA, 2017).

Dona Zeferina fez parte desse primeiro grupo de Kinikinau que migraram da São João para a Mãe Terra, estabelecendo-se nessa retomada Terena em 2008.

Atualmente ela vive tranquila em seu rancho no limite da Mãe Terra, tomando seu mate diariamente e fazendo a sua cerâmica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas Kinikinau são um povo Aruák, de língua Aruák (AIKHENVALD, 1999), que atualmente residem no estado de Mato Grosso do Sul. São descendentes de uma parcialidade da nação Chané-Guaná, que residiu no Chaco Paraguai até meados do século XVIII e migraram para terras hoje reconhecidas como brasileiras entre o final do século XVIII e início do século XIX (CASTRO, 2010).

Foram decretados extintos pelo Estado brasileiro em meados da década de 1940 (MASON, 1946; RIBEIRO, 2017; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; TOVAR, 1984 *apud* SOUZA, 2008), pelo fato de sua aldeia ter sido destruída por um latifundiário uns vinte anos antes. Foram dispersos entre aldeias Terena e um pequeno grupo é enviado, a mando do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), para a RI Kadiwéu. Lá constroem a Aldeia São João, lugar onde conseguem se reagrupar e garantir a continuidade de sua identidade Kinikinau. Viveram mais de cinquenta anos em um período de silenciamento étnico, até que, no início da década passada, resolveram quebrar o silêncio e assumirem publicamente sua identidade Kinikinau, lutando por todos os direitos que tal fato pode lhes acarretar (JOSÉ DA SILVA; SOUZA, 2003).

Atualmente os indígenas Kinikinau se organizam para tentar reaver o seu território tradicional nas margens do córrego Agachi. Não há consenso entre eles sobre como vão conseguir recuperar a terra ancestral, se por retomada, se por negociação com o Governo. Contudo, com o que todos eles concordam é que, sem o território, não tem como eles viverem plenamente, não tem como eles serem “Kinikinau legítimo”.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. The Arawak language family. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Ed.). *The amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 65-105.

CAMPBELL, Lyle. *American indian languages: the historical linguistics of Native America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor A. *A produção e comercialização do artesanato Kinikinau em Mato Grosso do Sul*. 2013. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Campo Grande, MS, 2013.

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor A.; SANTOS, Karen Silva; MATIAS, Rosimary; BONO, José Antônio M.; ALVES, Gilberto L. Qualidade da água empregada na confecção do artesanato cerâmico Kinikinau, Mato Grosso do Sul. *In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE*, 5., 2013, Campo Grande, MS. *Anais [...]*. Campo Grande, MS: UCDB, 2013. p. 52-62.

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor A.; ALVES, Gilberto L.; MATIAS, Rosimary. Comercialização do artesanato Kinikinau na cidade ecoturística de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, San Cristóbal de La Laguna, Espanha, v. 13, n. 5, p. 1171-82, 2015.

CANAZILLES, Karolinne Sotomayor A.; ALVES, Gilberto L.; MATIAS, Rosimary. Os Kinikinau: trajetória histórica e a reinvenção do artesanato. *Albuquerque: Revista de História*, Campo Grande, MS, v. 5, n. 10, p. 99-120, jul./dez. 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARVALHO, Fernando Orphão. Terena, Chané, Guaná and Kinikinau are one and the same language: setting the record straight on southern arawak linguistic diversity. *LIAMES. Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 39-57, jan./jun. 2016.

CASTELNAU, Frasnics. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949. 2 v.

CASTRO, Iara Quelho de. Os Chané-Guaná e os europeus na constituição do Gran Chaco Colonial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26, 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 6-11.

CASTRO, Iara Quelho de. *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2010.

CASTRO, Iara Quelho de. *Nas lutas pela defesa de direitos, as alianças possíveis: os Kinikinau no movimento indígena*. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina, PR. *Anais [...]*. Londrina, PR: ANPUH, 2005.

COUTO, Valéria Guimarães de Carvalho. Kinikinau: um recorte sociolinguístico. In: JOSÉ DA SILVA, Giovanni; BOLZAN, Ayla Vilela; SOUZA, Rosaldo A. (Org.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: CRV, 2017. p. 115-34.

COUTO, Valéria Guimarães de Carvalho. *A língua Kinikinau: estudo do vocabulário e conceitos gramaticais*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, 2006.

D'ALINCOURT, Luiz. Reflexões sobre o Sistema de Defesa que se deve adotar na Fronteira do Paraguai, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaicurús ou Cavaleiros. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 360-5, 3º trim. 1857.

DIETRICH, João Evaldo Ghizoni. *Identidade Kinikinau como máquina de guerra para a ocupação e manutenção territorial no Mato Grosso do Sul*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2015.

DIETRICH, João Evaldo Ghizoni. Territorialidade Kinikinau: estudo sobre a desterritorialização/territorializanteda etnia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória, ES: UFES, 2014.

DIETRICH, João Evaldo Ghizoni. *A identidade Kinikinau como máquina de guerra para a ocupação e manutenção territorial no Mato Grosso do Sul*. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Jardim, MS, 2012.

FABRE, Alain. *Diccionario etnolingüístico e guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*. 2005. Disponível em <http://www.ling.fi/Entradas%20diccionario/Dic=Arawak.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2017.

FONSECA, João Severiano da. *Voyage autour du Brésil*. Edition pour les Américanistes. Rio de Janeiro: Librairie A. Lavignasse Filho & C., 1899.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. Ressurgidos, emergentes, resistentes: reflexões sobre as presenças indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 5., 2007, Três Lagoas, MS. *Anais [...]*. Três Lagoas, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007. p. 87.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. *Histórias de admirar: os Kinikinau*. Aquidauana, MS: Jornal O Pantaneiro, 2014.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni; SOUZA, José Luis. A diáspora Kinikinau: a trajetória histórica de um grupo indígena “extinto” (Séculos XX e XXI). In: JOSÉ DA SILVA, Giovanni; BOLZAN,

Ayla Vilela; SOUZA, Rosaldo A. (Org.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 167-77.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni; SOUZA, José Luis. História, etnicidade e cultura em fronteiras: os Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: ROCHA, Luís M.; BAINES, Sérgio G. (Org.). *Fronteiras e espaços interculturais*. Goiânia: UCG, 2008. p. 33-50.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni; SOUZA, José Luis. O Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau: limites e avanços de uma experiência pedagógica intercultural. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15., 2005, Campinas, SP. *Anais [...]*. Campinas, SP: Unicamp, 2005. p. 30.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni; SOUZA, José Luis. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em MS. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, GO, v. 6, n. 2, p. 149-56, jul./dez. 2003.

LEVERGER, Augusto de. Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até o Paraná, 1845. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXV, 1862.

LOUKOTKA, Chestmir. *Classification of South American Indian languages*. Los Angeles: University of California, 1968. (Reference Series 7).

MARTINS, Andérbio Márcio Silva; OLIVEIRA, Gabriel Barros Viana de. Estado da arte da língua Kinikinau: estudos descritivos, sociolinguísticos e comparativos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 301-17, dez. 2018.

MASON, John Alden. The languages of South American indians. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, 1946. p. 157-317.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso: seguida d'um roteiro da viagem da sua xcapital a' S. Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869.

OLIVEIRA, Gabriel Barros Viana de Oliveira. *Língua Kinikinau – descrição de aspectos sociolinguísticos e fonológicos*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2017.

PAYNE, David L. A classification of maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, Desmond; PULLUM, Geoffrey K. (Ed.). *Handbook of amazonian languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. v. III, p. 355-499.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.

ROBERTO, Inácio. Povo indígena Kinikinau. In: JOSÉ DA SILVA, Giovanni; BOLZAN, Ayla Vilela; SOUZA, Rosaldo A. (Org.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: CRV, 2017. p. 161-5.

SANTOS, Lucicleide Gomes. Os Kinikinawa: uma etnia em processo de afirmação étnica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., Maringá, PR. *Anais [...]*. Maringá, PR: CHICHETC, 2009. p. 4705-16.

SANTOS, Lucicleide Gomes. *Cerâmica Kinikinau: a arte de um povo tido como extinto*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2011.

SILVA, Denise. *Estudo lexicográfico da língua Terena*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, SP, 2013.

SILVA, Verone Cristina da. *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, 2001.

SOUZA, Ilda de. Kinikinau: a língua silenciada. In: JOSÉ DA SILVA, Giovanni; BOLZAN, Ayla Vilela; SOUZA, Rosaldo A. (Org.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: CRV, 2017. p. 71-96.

SOUZA, Ilda de. Concordância: verbos e nomes na língua Kinikinau. *Web-Revista SOCIODIALETO*, Campo Grande, MS, v. 5, n. 15, p. 112-34, maio 2015.

SOUZA, Ilda de. Kinikinau: uma língua à beira da extinção. *Guavira Letras*, Três Lagoas, MS, n. 8, p. 149-65, 2009.

SOUZA, Ilda de. *Koenukunoemo 'u: a língua dos índios Kinikinau*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2008.

SOUZA, Ilda de (2007). Índios Kinikinau: aspectos etnolinguísticos. *Tellus* 7: 103-133.

SOUZA, Rosaldo A. *Sustentabilidade e processo de reconstrução identitária entre o povo indígena Kinikinau (Koinukunôen) em Mato Grosso do Sul*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, modalidade: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas)- Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2012.

SOUZA, Rosaldo A. Sustentabilidade na reconstrução identitária do povo indígena Kinikinau. In: JOSÉ DA SILVA, Giovanni; BOLZAN, Ayla Vilela; SOUZA, Rosaldo A. (Org.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: CRV, 2017. p. 135-60.

STEINEN, Karl von der. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Dep. de Cultura, 1940.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: IPE, 1948.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Entre nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1940.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da Pátria. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, ano 4, n. 5, p. 187-93, fev. 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140/75>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. In: HERRERO, M.; FERNANDES, U. (Org.). *Baré: povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (Org.). *Povos indígenas no Brasil (2001/2005)*. São Paulo: ISA, 2006. p. 41-9.

Sobre os autores:

Gabriel Barros Viana de Oliveira: Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Língua da Universidade de Brasília (PPGL/UnB). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (PPG-Letras/UFGD). Graduado em Letras- Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Bacharel) pela Universidade de Brasília. Pesquisador associado do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (LALLI-UnB). Dedicar-se principalmente ao estudo das línguas da família Aruák (ênfase no Kinikinau e Terena), da família Jabuti, da família Tupí-Guaraní e do tronco Macro-Jê. Naturezas das pesquisas: descritivas e histórico-comparativas. **E-mail:** gbarros341@gmail.com

Anderbio Marcio Silva Martins: Doutor e Mestre em Linguística e graduado em Letras-Português pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Linguista de formação, ministra disciplinas relacionadas ao ensino de línguas indígenas, língua portuguesa e linguística no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, na Faculdade Intercultural Indígena. Também atua como professor de linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição. Coordenador do Laboratório de Línguas, Educação e Interculturalidade do Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira. Responsável pelo projeto de pesquisa Documentação, Análise, Descrição, Comparação e Ensino de Línguas Indígenas Brasileiras. Pesquisador do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/UnB). Coordena o Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Sócio da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). **E-mail:** anderbiomartins@ufgd.edu.br

Recebido em: 30 de junho de 2018

Aceito para publicação: 17 de dezembro de 2018